



CONSELHO NACIONAL DE CORREGEDORAS E CORREGEDORES GERAIS DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DA UNIÃO - CNCG

ATA DA SEPTUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNCG

Local: Auditório da Sede da Defensoria Pública do Distrito Federal, SIA Trecho 17 Rua 7 Lote 45, Brasília/DF e, por videoconferência, via plataforma Zoom.

Data/hora: 28 de junho de 2024, às 09h30min

Participantes

Estado	Nome	Modo
Acre (AC)	Roberta de Paula Caminha de Melo	PRESENCIAL
Alagoas (AL)	Djalma Mascarenhas Alves Neto	PRESENCIAL
Amapá (AP)	Eduardo Pereira dos Anjos	PRESENCIAL
Amazonas (AM)	Marco Aurélio Martins da Silva	REMOTO
Bahia (BA)	Janaína Canário Carvalho Ferreira	PRESENCIAL
Ceará (CE)	Sandra Dond Ferreira Patrícia de Sá Lertão e Leão	PRESENCIAL
Distrito Federal (DF)	Juliana Leandra de Lima Lopes	PRESENCIAL
Espírito Santo (ES)	Gilmar Alves Batista	
Goiás (GO)	Lúcio Flávio de Souza	PRESENCIAL
Maranhão (MA)	Aldy Mello de Araújo Filho	PRESENCIAL
Mato Grosso (MT)	Carlos Eduardo Roika Junior	PRESENCIAL
Mato Grosso do Sul (MS)	Salete de Fátima do Nascimento	PRESENCIAL
Minas Gerais (MG)	Frederico de Sousa Saraiva	REMOTO
Pará (PA)	Edgar Alamar	PRESENCIAL



CONSELHO NACIONAL DE CORREGEDORAS E CORREGEDORES GERAIS DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DA UNIÃO - CNCG

Paraíba (PB)	Coriolano Dias de Sá Filho	PRESENCIAL
Paraná (PR)	Henrique de Almeida Freire Gonçalves	PRESENCIAL
Pernambuco (PE)	Manoel Jerônimo de Melo Neto	PRESENCIAL
Piauí (PI)	Francisco de Jesus Barbosa	REMOTO
Rio de Janeiro (RJ)	Katia Varela Mello	
Rio Grande do Norte (RN)	Bruno Barros Gomes da Câmara	PRESENCIAL
Rio Grande do Sul (RS)	Marcelo Turela de Almeida	PRESENCIAL
Rondônia (RO)	Hans Lucas Immich	PRESENCIAL
Roraima (RR)	Francisco Francelino de Souza	PRESENCIAL
Santa Catarina (SC)	Glenda Rose Gonçalves Chaves	REMOTO
São Paulo (SP)	Davi Eduardo Depiné Filho	PRESENCIAL
Sergipe (SE)	José Leó de Carvalho Neto	PRESENCIAL
Tocantins (TO)	Arassônia Maria Figueiras	PRESENCIAL
DPU – Defensoria Pública da União	Fabiano Caetano Prestes Fabiano Caetano Prestes	

Pauta

Horário	Assunto	Responsável
9h30	Práticas Exitosas e Carreta e Carreta	Subdefensora Pública-Geral da DPDF, Dra Emmanuela Maria Campos de Saboya
11h00	Mediação na Defensoria Pública do DF	Dra. Lidia Maria Albuquerque



CONSELHO NACIONAL DE CORREGEDORAS E CORREGEDORES GERAIS DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DA UNIÃO - CNCNG

Iniciada a sessão, o Presidente saudou os presentes. Com a palavra, a Dra. Juliana agradeceu a presença de todos e disse sentir-se honrada em sediar o evento. Discorreu sobre as apresentações do dia. Com a palavra, o Diretor da Escola de Assistência Jurídica (Easjur) da Defensoria Pública do Distrito Federal, Dr. Evenin, lançou reflexão sobre a necessidade de que a análise sobre Defensoria Pública seja bastante realista, considerando o advento da inteligência artificial. Discorreu sobre sua experiência social, mencionou exemplo de evento que contou com a presença do Dr. Claudio Fonteles. O Brasil precisa de pessoas de boa vontade. Possui 15 anos na casa, nunca temeu o novo. Reputa que o serviço prestado pela Defensoria Pública no país é o mais ineficiente. O novo cenário tecnológico impõe uma mudança sem diálogo. Reflexão de como fazer justiça. Há estudos e opiniões de que estamos nos últimos dias do *homo sapiens*, migrando para *homo digitalis*. Momento de pensar urgentemente em como dar vez e voz às pessoas que legitimam a existência da Defensoria. Com boa vontade e análise real do que tem sido feito, é possível se posicionar. O mundo é de dados e os dados das Defensorias Públicas serão expostos. Os Corregedores devem levar para reflexões diárias tais fatos. Apelou para a necessidade urgente de discutir o plano de sobrevivência institucional. Abandono de práticas da década de 80/90. Reconheceu o trabalho de base, o alinhamento e a coerência da Dra. Juliana. Afirmou ser o Dr. Celestino o melhor defensor em termos de perfil humano, sinceridade, zero vaidade, pois deixa fazer e estimula fazer. Segundo ele, necessita-se de uma dose de irresponsabilidade para inovar o quanto antes. Dra. Juliana com a palavra disse que dentro dessa perspectiva explanou as iniciativas do Dr. Evenin, e como o sentimento de inovação impulsiona a instituição a olhar para o diferente e não ficar restrito a IA, ou seja, identificar o diferencial da função da Defensoria e ser agente político. Agradeceu a presença do Diretor da Easjur. Cumprimentou os colegas participantes de forma remota. Dentro da perspectiva da horizontalidade, da busca ativa, passa-se a palavra e a apresentação da Dra. Emmanuela acerca de práticas exitosas adotadas pela DPDF.

Assuntos debatidos

1. Práticas Exitosas e Carretas

Dra. Emmanuela teceu elogios à Dra. Juliana e agradeceu o convite. Iniciou o debate com a criação do Laboratório Júnior de Informática da DPDF, composto majoritariamente por estagiários pretos da área de tecnologia, possibilitando sucesso na tentativa de a DPDF se adaptar à realidade da IA. O Dia da Mulher reflete justamente a afetividade, a pessoa de boa vontade, a missão constitucional de acolhimento e reunião em rede, como Dr. Evenin explanou. Simboliza o serviço da Defensoria. Relatou a experiência da defesa dos direitos humanos com os presos no 08/01. Citou a tragédia do RS e a união para minimizar os efeitos nefastos. O dia da Mulher é exemplo de união. Parceira com



CONSELHO NACIONAL DE CORREGEDORAS E CORREGEDORES GERAIS DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DA UNIÃO - CNCG

a Fecomércio/DF, SESC, SENAC, CODHAB, CRAS. Nesse dia, há vans estacionadas disponibilizando desde mamografia a corte de cabelos. Ainda, os atendimentos têm crescimento exponencial. Ter essa rede de atendimento auxilia muito. Privilegia-se um local prático e de fácil acesso. Além do Dia da Mulher, tem o trabalho da carreta e da itinerância. A cada mês tem um novo parceiro, oferecemos serviços como fisioterapeutas, laboratórios, Hospital de Olhos de Brasília, Fiocruz. Quase 200 mulheres foram detectadas com câncer no útero. Discorreu sobre a experiência de 20 anos na triagem. também há um espaço para acolher as crianças. Vários entes públicos e privados em um só local e dia do mês pré-determinado. Há atendimento jurídico, mediação, assistência psicossocial, exame de DNA – paternidade responsável, consultas médicas, exames patológicos, com a Fiocruz, orientação de métodos contraceptivos, inserção do DIU, exames oftalmológicos, fisioterapia, beleza e estética. Os servidores e defensores fazem trabalho gratuito. Haverá a 14ª edição. No balcão de emprego, foram oferecidas mais de 1000 vagas de estágio para os filhos. É um trabalho de acolhimento. Tem distribuição de lanche também. O projeto começou com 500 atendimentos. Hoje, são 4000 atendimentos. As senhas são distribuídas por meio de menu dos serviços oferecidos. Há senhas para iniciais de família, registros públicos, iniciais cíveis, fazenda pública, mediação. Em pouco mais de 1 ano de atividade com 17.000 atendimentos. O projeto está concorrendo ao prêmio INOVARE. Sobre o trabalho das carretas, a DPDF adquiriu 3 carretas. Foi criado um grupo gestor do atendimento das carretas, que vão em cada cidade satélite, onde não tem transporte público, para levar serviços, definidos a partir de um levantamento prévio. A nova carreta adquirida é a única na América Latina que leva o atendimento da Defensoria às escolas públicas, com atendimento dentro das escolas. A equipe faz um mapeamento das necessidades da população, não só de atendimento em si, mas de prevenção, junto com os núcleos temáticos mais atuantes, como Infância, Saúde, Direitos Humanos, Direitos da Mulher. Também há apoio da Secretaria de Saúde, vacinação, a Caesb faz distribuição de água. Por fim, Dra. Emmanuela disponibilizou-se para compartilhar qualquer informação e concitou a implementação do serviço em cada estado. Com a palavra novamente, o Dr. Evenin explanou sobre o Laboratório Junior, que afirmou trazer uma ideia simples e óbvia. Foram contratados 40 estagiários afrodescendentes, que programam naturalmente e desenvolvem tecnologia. Aplica-se o mesmo princípio aplicável aos estagiários de direito. Citou a Defensoria como único espaço legítimo de consenso. É o momento de expressar a sensibilidade, porque ninguém conhece as mazelas da sociedade mais do que o defensor. Há também o projeto de educação em direitos e Defensoria para fazer em escolas. Trata-se de pedagogia reversa, com roteiros do conhecimento, agregando novos valores institucionais. São projetos que legitimam a existência da Defensoria. A



CONSELHO NACIONAL DE CORREGEDORAS E CORREGEDORES GERAIS DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DA UNIÃO - CNCG

Defensoria Pública tem que diversificar os seus produtos. O laboratório júnior traz os jovens para a justiça do lado da Defensoria e ainda gera tecnologia para a DPDF. Portanto deve-se investir para trazer novos recursos. Dra. Juliana trouxe informações técnicas a respeito dos projetos. A DPG convoca servidores para colaborarem com o evento. O DPG convoca um determinado número de servidores e ainda os coordenadores tem liberdade de liberar outros servidores que também desejarem participar. O Dia da mulher é diferente da carreta, que é ligada ao núcleo da itinerância. Ambos convocam servidores de outros núcleos. No caso da carreta, o defensor em estágio probatório é convocado para participar do dia da carreta. Dr. José Leó compartilhou que seu estado é dividido por comarcas. No DF, a carreta vai em unidades onde tem defensoria instalada apenas? Dra. Emmanuela esclareceu que o grupo do atendimento itinerante faz uma verificação do local que precisa de serviço, geralmente, ou é convite do administrador da região (que atua como um prefeito no DF). Há lugares que são atendidos pela carreta e não tem Defensoria. O núcleo de itinerância atende essas necessidades, dentro da carreta, toda equipada, com um defensor como chefe do núcleo itinerante, que tem equipe própria. Defensores, geralmente ligados às necessidades da região atendida, são convocados para dar apoio na itinerância. Há trabalho prévio para preparar a comunidade e informar a documentação necessária para a demanda. Há também o trabalho da Central de Relacionamento com os Cidadãos (CRC) que presta informações por meio de ligações gratuitas. A Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) faz a divulgação dos eventos inclusive em contato com influenciadores locais. Dra. Juliana explicou que os defensores presentes na carreta ajuízam as ações e o defensor da base toca os processos. As emendas voltam para o autor da peça, mas na itinerância e no Dia da Mulher há um fluxo diferenciado. O DF tem a facilidade de ser bem capilarizado e ter defensoria em todas as regiões. Dr. Roika afirmou que mutirão geralmente era uma jogada de marketing. Era criada esperança para os assistidos. O problema é dar continuidade ao trabalho pós mutirão, garantir a continuidade daquele atendimento. A defensoria deve realmente prestar um trabalho jurídico e social. Na forma apresentada, observa-se que o atendimento no DF realmente tem continuidade. Em seu estado há mutirão rural, urbano, indígena. Enfrenta-se problemas na região sem defensoria instalada. Dra. Juliana esclareceu que o núcleo da itinerância possui setor administrativo que faz relatórios detalhados de cada evento. É possível registrar eventuais demandas reprimidas, demandas que não puderam ser atendidas no dia do evento. Nesses casos, a corregedoria determinou que o defensor da matéria temática continue esse atendimento reprimido, com seu respectivo andamento. O conselho superior do DF também deliberou pela capacitação de servidores em atendimento de primeiros socorros para que estejam aptos para atuar e evitar eventuais problemas nesses eventos. O mutirão é feito com todo o núcleo



CONSELHO NACIONAL DE CORREGEDORAS E CORREGEDORES GERAIS DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DA UNIÃO - CNCG

itinerante presente. O defensor que coordena o núcleo itinerante registra todos os atendimentos realizados. Dr. Roika concordou com a importância do trabalho itinerante pela defensoria e concordou que a tecnologia vai superar o serviço cartorial. Deve-se haver especial cuidado com a continuidade dos atendimentos iniciados em mutirões. Dra. Juliana afirmou que os servidores utilizam o Processo Judicial eletrônico (PJe) durante o atendimento em mutirões. Dra. Emmanuela acrescentou que os mutirões passaram a funcionar bem após a confluência entre os diversos setores da defensoria e os demais setores de apoio do GDF. Sua realização exige planejamento e um trabalho prévio e interno. Dra. Sandra questionou sobre como é feita a convocação do defensor para trabalhar no mutirão. Dra. Juliana esclareceu que existe uma resolução que organiza o estágio probatório dos membros e prevê como fase obrigatória do estágio probatório esse tipo de trabalho. Para os demais defensores que não estão no estágio probatório, é feito convite individual pelo DPG e pela corregedoria. É possível convocar servidores que tem carga horária de trabalho de 40 horas semanais, mas cumprem regularmente 35 horas semanais. Assim, compensam essa diferença de carga horária de trabalho durante os mutirões. Ainda, há uma lista dos defensores em estágio probatório e a convocação respeita a ordem dessa lista. A participação em mutirões compõe a nota do estágio probatório. Dra. Sandra e Dra. Patrícia compartilharam que em seu estado os defensores que participam de mutirões ou recebem em pecúnia ou em folga e quem organiza todas essas atividades é a coordenadoria. Dra. Emmanuela compartilhou que no DF quem convoca e convida os defensores e servidores é chefe do núcleo temático necessário, pois ele recebe gratificação para gerir os recursos humanos. Há esperança de que um dia possa ser paga a participação em serviço extraordinário retroativamente. É um trabalho em rede. Não é responsabilidade da corregedoria convocar e convidar, mas a corregedoria coopera. Dra. Arassônia compartilhou que, em Tocantis, o trabalho itinerante é programado pela DPG, pela diretoria e pelos núcleos. Sempre tem servidores voluntários. O documento de convocação é para justificar gastos com diária ou ausências em audiências. No DF há uma convocação da corregedoria impondo a participação? No Tocantis vão apenas voluntários e defensores vocacionados. Dra. Juliana esclareceu que a corregedoria convoca defensores em estágio probatório e servidores em cargo comissionado, que tem carga horária de 40 horas semanais. Futuramente haverá a remuneração do trabalho voluntário extraordinário. Presente a servidora Camila do núcleo itinerante, ela foi convidada a falar. Camila explicou que há lista de espera de servidores querendo participar da itinerância, por conta dos resultados. O núcleo da região é beneficiado pelo mutirão, pois suas demandas represadas são enviadas para a unidade móvel. A equipe do núcleo itinerante fica mais de um dia no local para poder fazer o atendimento e orientar assistidos que não



CONSELHO NACIONAL DE CORREGEDORAS E CORREGEDORES GERAIS DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DA UNIÃO - CNCNG

possuírem a documentação completa. Dra. Emmanuela complementou informando que a preocupação principal é que haja o retorno no atendimento dos assistidos, por meio de um trabalho em rede. Por fim, Dra. Juliana agradeceu a presença da Dra. Emmanuela e elogiou seu trabalho de atendimento horizontal, que traz a possibilidade de justiça. O Sr. Presidente agradeceu as informações trazidas e afirmou que a missão da defensoria realmente é essa.

Mediação na Defensoria Pública do DF

Dra. Juliana apresentou Dra. Lídia, responsável pela Subsecretaria de Mediação e Cultura de Paz da Defensoria Pública do DF, que possibilita a desjudicialização a partir da base. Dra. Lídia cumprimentou todos e agradeceu ao DPG pela oportunidade de ter realizado esse projeto. São 2 anos de consolidação do projeto, culminando hoje em uma rede que se comunica. Explicou o funcionamento do projeto Espaço Conciliar. Em 1 ano, foram realizados 13 mil atendimentos e 8 mil RPV. Junto com o setor de iniciais, são responsáveis por 70% da distribuição processual no DF. Apenas 2% dos acordos voltam pelo não cumprimento, refletindo o trabalho de mediadores qualificados que realizam a mediação. O serviço só é possível por conta da implementação do solar. O sucesso da mediação se dá ao apoio da direção geral e ao monitoramento possibilitado pela implementação do sistema solar. Houve diminuição de ações de família em 30%. 9.500 ações foram deixadas de serem ajuizadas em 1 ano. A secretaria tem 200 servidores. O DPG criou a gerência de mediação em 2022. Junto com o MP e judiciário, foi criada uma lista de casos que podem ser enviados para a mediação. Há cartilhas quem informam sobre o fluxo de direcionamento. Contudo, há pouca capacidade humana para absorção da demanda. Hoje o agendamento da mediação presencial realizada pela defensoria está para depois de julho de 2024. A mediação on-line, realizada pelo TJDF, está para depois de agosto de 2024. Subsecretaria tem abrangência em todo DF e liberdade de atuação. Há comunicação com a rede de vários serviços que o assistido precisa. Sesc, Senac, Administração Regional (que funcionam como prefeituras), conselhos tutelares. A secretaria de mediação possui porta aberta com a assistência em rede e há possibilidade de capacitação constante. Quando na subsecretaria, assistidos ficam emocionados por falarem pessoalmente com um defensor. O Espaço Conciliar é constituído por servidores que acreditam e querem fazer a diferença. Em seguida Dra. Lídia explicou o fluxo de atendimento. A mediação que não tem sucesso encaminha o caso para uma equipe na secretaria de mediação que faz a inicial. Há uma certa resistência dos demais defensores que tem receio de mandar casos para a mediação e perder volume de estatística. Tal situação foi resolvida com a criação de campo próprio



CONSELHO NACIONAL DE CORREGEDORAS E CORREGEDORES GERAIS DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DA UNIÃO - CNCG

do relatório de atividades em que o defensor registra quantos casos foram recepcionados, analisados e enviados para a mediação. Há um ano foi criado o Espaço Conciliar juntamente com o judiciário e o MP. É realizada triagem cível, de fazenda pública e de família. Possui parceria na Fazenda Pública, CODAHB (para casos de regularização das moradias e obtenção das escrituras), o que possibilitou uma redução de 95% de iniciais relacionadas à CODAHB. Também há parceria com a Secretaria de Educação. É possível a negociação com o INSS, nos casos de acidente de trabalho e certidões para alvará em inventário. É possível a construção de novas parcerias relacionadas às dificuldades dos assistidos. Há parceria com o DF mobilidade em relação ao passe livre, com a suspensão da penalidade de suspensão de emissão do passe livre por 2 anos para quem vende ilegalmente. Além disso tudo, há preocupação de dar continuidade às ações. Apoio da gestão administrativa e o uso do SOLAR, que propicia o acompanhamento dos casos, foram fundamentais. Instrumentos de gestão que viabilizam o sucesso do projeto. Não há registro de reclamação na ouvidoria mesmo gerenciando o “caos”. Nos núcleos, quando é feita a triagem, tudo que for cabível mediação é enviado para a subsecretaria. Ainda se questiona se o assistido quer atendimento on-line (exceto área cível, só na de família) ou presencial (cível e família). Sessões já são marcadas. A outra parte pode ser assistida por advogado particular. Diante de vulnerabilidade do assistido, não se faz o acordo e aciona-se o serviço psicossocial. Trabalha-se com o fortalecimento da parte para evitar arrependimento posterior. É necessário ter responsabilidade na condução da mediação. Citou caso do jogo do tigrinho. Assistida perdeu 100 mil reais. Foi encaminhada para o psicossocial e não foi feito o acordo. Está sendo construída outra solução, através da oitava qualificada da assistida e do seu marido. Se não houve esse fortalecimento, através do tratamento, não seria possível a tomada de decisões sobre vida financeira com aval do marido. Equipe está treinada para perceber a vulnerabilidade. Há equipes atendendo na parte da manhã e tarde. Por dia são feitas 35 sessões de mediações, com 11 mediadores com curso de mediação. O Espaço Conciliar tem parcerias com faculdades, como a UDF, IDP, Processus, Maquenzie, o que aumentou o número de mediações diárias. É feito um trabalho de capacitação inicial com as faculdades antes de firmar a parceria. É necessário um feedback positivo. O índice de acordo é de 94%. Outro diferencial está na condução de casos de cessão de direitos de imóveis. Os acordos de homologação não são aceitos se não houver comprovação de cadeia dominial ou documentos comprobatórios. Acordos extrajudiciais sem homologação não valem contra o Poder Público. O projeto precisa de pessoas que saibam ouvir, acolher e dar o devido direcionamento. Há uma desconstrução das informações erradas o que viabiliza a celebração dos acordos quando a verdade é posta. Será levado ao Conselho Superior a criação de 4 Defensorias por designação. No DF há



CONSELHO NACIONAL DE CORREGEDORAS E CORREGEDORES GERAIS DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DA UNIÃO - CNCG

um problema do entorno do Goiás, que não tem Defensoria, apenas em Luziânia. Com a mediação, há o atendimento dessa população e a resolução do problema. Houve o reconhecimento pelo TJDF-T do trabalho desenvolvido, auxiliando o alcance das metas do CNJ. O TJDF-T disponibilizou vagas nos cursos de oficinas de paz aos assistidos da Defensoria. Espera-se atingir a meta de 99% de acordos. Além do contato direto com o Sesc, Senac, Administrações Regionais, Conselho Tutelares e Secretaria de Educação. Foi feita parceria com as Regionais de Ensino, o que amplia o atendimento, elege as prioridades em contato direto com a escola. É feita busca ativa de familiares com o apoio da SUAP. No mesmo local, há diversos atendimentos, acolhimentos e direcionamentos. Por fim, Dra. Lídia colocou-se à disposição para esclarecer dúvidas e compartilhar mais informações sobre o projeto. Dra. Juliana acrescentou que o projeto técnico iniciado pelo Dr. Evenin fechou parceria com o TJDF-T para utilização do espaço de 4.000 metros, espaço esse com mobiliário e segurança. A parceria continua em crescimento. Dra. Juliana pretende levar o projeto para a saúde. Outro detalhe técnico seria o recebimento de Selo Diamante junto com o TJDF-T. Tudo articulado e em conjunto com o TJDF-T. Futuramente serão acrescentados 400 metros ao espaço destinado para 10 mediadores. Com a palavra, Dr. Bruno parabenizou Dra. Lídia, e discorreu sobre seu apreço pela temática. Questionou sobre a normativa que regula o encaminhamento para a mediação. Dra. Juliana esclareceu que junto à missão e encargo da defensoria está a busca de não judicialização e busca pela solução amigável. Portanto, são metas internas para todos os defensores. Dr. Bruno questionou sobre o corpo de mediadores e a capacitação para mediação. Dra. Lídia respondeu que os 11 mediadores são do corpo da DPDF (das carreiras PPGG e analistas judiciários) e todos foram capacitados. A capacitação é constante e custeada pela DPDF. Dra. Juliana adiciona que a capacitação está a cargo da Easjur. Se o servidor não concluir o curso, deverá fazer a devolução dos valores. Dr. Bruno perguntou como são feitos os atendimentos feitos pelas parcerias com as universidades. Dra. Lídia esclareceu que, nas hipóteses em que o processo é direcionado para as universidades, posteriormente esse processo retorna a DPDF para protocolar o acordo para sua homologação. Caso não haja acordo, a demanda é judicializada na DPDF. Dentro da judicialização tem o caminho da equipe e das faculdades. Por fim, Dr. Bruno questionou sobre a atuação específica em relação às creches, pois entendeu se assemelhar com o projeto em seu estado denominado Sus Mediado, que visa tentar destravar pendências. Dra. Juliana esclareceu que, com relação à atuação sobre creche, a demanda adveio após o STJ fixar tal matéria como competência da vara da infância. Assim 4 varas de fazenda pública foram desativadas e inúmeros processos foram enviados para a vara da infância. O núcleo da infância passou a realizar várias demandas de creche, enchendo a vara de processos. O



CONSELHO NACIONAL DE CORREGEDORAS E CORREGEDORES GERAIS DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DA UNIÃO - CNCNG

TJDFT e GDF resolveram buscar outras vias de resolução do problema, reduzindo as judicializações. Assim o GDF mandou um servidor da estrutura da secretaria de educação para trabalhar dentro da mediação. Assim hoje a mediação tem um servidor da secretaria da educação que faz a matricular quase que imediata. Apenas casos que não podem ser resolvidos por esse servidor, como neurodiversos, são judicializados. Recentemente foram nomeados vários professores auxiliares e essa demanda dos neurodiversos deverá ser atendida. Dra. Lúcia explicou o protocolo para matrícula, em que a Secretaria de Educação tem um prazo de 30 dias para receber a demanda. Dra. Juliana compartilhou que, para se ter noção do alcance dessa solução, juízes da Fazenda Pública pediram para o núcleo da infância tentarem resolver extrajudicialmente os processos já em andamento nessas varas. Dra. Juliana afirmou que pretende replicar o projeto Sus Mediado no DF. Dra. Arassônia questionou qual a dificuldade enfrentada pela DPDF para não fazer as conciliações virtuais? Dra. Lúcia respondeu que primeiramente a limitação foi estrutural, como a aquisição de equipamentos como webcam e fones antirruído, pois a defensoria não tinha equipamentos adequados. A defensoria adquiriu os equipamentos. Contudo, apesar da aquisição de equipamentos, houve uma redução drástica da equipe por conta de baixos salários dos servidores. Por conta disso, o efetivo ainda não consegue atender toda a demanda. Hoje todos os atendimentos online são direcionados para o TJDFT. Para homologar o acordo, é necessário observar o fluxo correto. O Sr. Presidente questionou como são realizadas as parcerias com os cursos. Dra. Lúcia respondeu que o Dr. Evenin é o responsável por construir a parceria com as Faculdades, que economizam com gastos em núcleos de prática jurídica e, em contrapartida, concedem bolsas de estudo (como ocorre no projeto Conhecer Direito). A faculdade se exime do custo de instalação do núcleo de prática jurídica, que é feito no espaço da Defensoria, e em contrapartida oferece vagas de pós-graduação para servidores, por exemplo. O IDP concede muitas bolsas de graduação e pós-graduação. São ofertadas bolsas de estudo oferecida pelas faculdades para o próprio corpo de servidores e defensores da DPDF ou estudantes de 3º ano do projeto Conhecer Direito. Sobre a questão das vagas em escolas pública, a Secretaria de Educação estendeu a parceria para as regionais de ensino, melhorando o fluxo com a Defensoria através de mediação e orientação. Sobre a parceria com o SESC, Dra. Lúcia mencionou que é feito um trabalho de imersão na comunidade 4 meses antes da chegada da carreta do SESC. São selecionadas mães que pretendam colocar o DIU. Todas as informações necessárias são repassadas antes da chegada da carreta para se ter um atendimento efetivo. Com isso, diminui-se bastante a demanda de judicialização. Sobre a parceria com o CRAS para receber o BPC, há acionamento da rede para assistidos que precisam. No Espaço Conciliar e na carreta, junto com os parceiros, é feita



CONSELHO NACIONAL DE CORREGEDORAS E CORREGEDORES GERAIS DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DA UNIÃO - CNCNG

a escuta das demandas dos assistidos. Tal dinâmica é importante para aproximação com a sociedade. A preocupação com a inteligência artificial não existe em relação a mediação, pois o trabalho da mediação é insubstituível, a inteligência artificial apenas oferece melhorias na gerência. Além de aplicar a judicialização apenas para casos de demandas complexas, a subsecretaria constitui um espaço de acolhimento.

Ao fim das apresentações e debates, o Presidente do Colegiado ressaltou a presença da Dra. Juliana nos projetos, com empenho, com paixão, com amor, assim como fala com propriedade dos temas, números e relatórios. A reunião no DF foi enriquecedora e é resultado de esforço e sonhos construídos pela Dra. Juliana. **Encerrada a ordem do dia**, foi franqueada a palavra aos presentes para considerações finais. Com a palavra, Dr. Coriolano disse que ficou extasiado com as falas de hoje e o trabalho atendimento a vítimas do 08/01 deixou-o impressionado. Com relação à Dra. Lídia, elogiou sua atuação e por suas fortes posições, destemida. Parabenizou e agradeceu pelas falas. O Sr. Presidente agradeceu a presença remota dos corregedores da Bahia e do Piauí. Passou a palavra para o Dr. Davi, que elogiou o trabalho apresentado da DPDF e afirmou que levará tais práticas ao seu Estado. Dr. Davi perguntou sobre o fluxo adotado quando da frustração da mediação, exigindo a judicialização ou a execução do acordo. Dra. Lídia informou que o descumprimento dos acordos é ínfimo (2%). No SEJUSC é feita a homologação dos acordos e não há execução. O cumprimento do acordo é feito no núcleo da vara competente. Dra. Juliana mencionou a proposta da Corregedoria do TJDF para que a defensoria reduza a termo as ações cíveis de Juizado em troca de mais espaço no Tribunal. Com a palavra, Dr. Turela afirmou que causou espanto a quantidade de regiões administrativas no DF (36). Dra. Lídia complementou dizendo que a maior favela da América Latina é a região administrativa de Sol Nascente. O Sr. Presidente agradeceu a Dra. Juliana pela recepção e acolhimento, reforçando sua dedicação à frente da Corregedoria da DPDF. Relembrou as apresentações frutíferas da reunião bem como as falas instigadoras do diretor da Esjur. Agradeceu os palestrantes. Lembrou que o próximo encontro será em Porto Velho/RO. O encerramento foi feito pela Dra. Juliana, que externou seu temor com a receptividade dos Corregedores dadas as peculiaridades, rotinas e formas de acolhimento do brasileiro. A direção da DPDF foi sensível com as demandas, pontuou a dificuldade da licitação do buffet, mas a direção agradeceu com o melhor. Agradeceu a equipe da corregedoria, pontuou que não houve suspensão de nenhum dos projetos e atividades da Corregedoria no período da reunião. Emocionada agradeceu o cerimonial e à Ascom. Finalizada a reunião pelo Presidente. Nada mais.



CONSELHO NACIONAL DE CORREGEDORAS E CORREGEDORES GERAIS DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DA UNIÃO - CNCG

Finalizada a reunião às 12h41 (horário de Brasília), sendo a ata lavrada pelas servidoras da Defensoria Pública do Distrito Federal Liane Marques de Siqueira Campos e Débora Audifax de Almeida Ribeiro, aprovada pelos presentes e assinada pelo Presidente do CNCG, Exmo. Sr. Corregedor-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Marcelo Turela de Almeida. Brasília/DF, 28 de junho de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCELO TURELA DE ALMEIDA
Data: 08/07/2024 14:16:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARCELO TURELA DE ALMEIDA
Presidente do CNCG